Pobreza Anos 90 mantiveram renda concentrada e diferenças regionais

Desigualdade é obstáculo recorrente

Cristina Calmon
Do Rio

As desigualdades existentes na sociedade brasileira não são apenas um dos maiores problemas sociais do país e o pano de fundo para o aumento da violência nas grandes cidades. Elas são um entrave ao crescimento econômico. Esta é a avaliação do economista e historiador Sérgio Besserman Vianna, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou recentemente a Síntese dos Indicadores Sociais 2000.

Os números do IBGE mostram que o país evoluiu muito nos últimos anos, mas chegou ao fim da década de 90 mantendo inalterada a elevada concentração da renda e a desigualdade regional, além da distância que separa brancos e negros e homens e mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Besserman, o Brasil continua com a triste marca de ser um dos campeões mundiais da concentração de renda. De acordo com os números mais recentes colhidos pelo IBGE, uma parcela mínima da população, formada pelo 1% mais abastado, se apropria de uma porção da renda nacional equivalente a 13% do total, quase a mesma coisa que os 50% mais pobres da população têm para dividir entre si.

Alguns aspectos tornam esse quadro ainda mais grave. O IBGE calcula que uma fatia expressiva dos pobres, estimada em 29% da população total e localizada principalmente na região Nordeste, simplesmente não tem condições de participar do mercado consumidor. Essas pessoas têm renda inferior a R$ 76 mensais, segundo o IBGE.

Para Besserman, o combate às desigualdades tem de estar presente na agenda das reformas brasileiras e nortear as políticas públicas. Para isso, é preciso, ao longo das próximas duas décadas, além de assegurar estabilidade de preços e crescimento sustentado, adotar mecanismos de correção de distorções provocadas pelas desigualdades de renda, regional, de cor e sexo, ajudando assim a aumentar o bem-estar social.

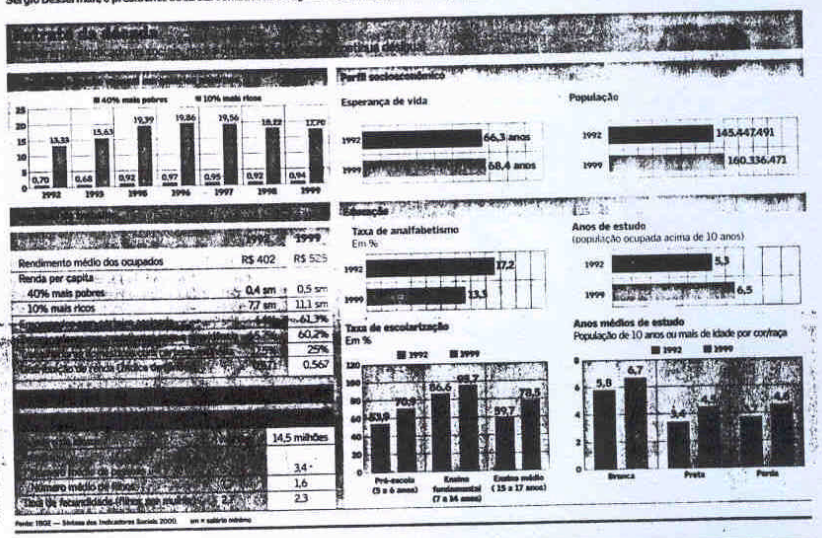
O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas no Rio, acha que as desigualdades ainda são "um grande tabu para os brasileiros". Para ele, promover o crescimento da economia não basta para combater o problema e é preciso adotar políticas estruturais e compensatórias específicas para reduzir as disparidades de renda.

Tomando como ponto de partida uma população estimada de 49,6 milhões de indigentes no país, ele testou o efeito que teriam sobre a pobreza três políticas diferentes, uma baseada apenas em crescimento, outra em distribuição de renda e uma terceira agregando as duas idéias. Segundo os cálculos de Neri, uma combinação das duas políticas traria o melhor resultado.

Numa primeira simulação, em que o país cresceria 4% ao ano, a pobreza diminuiria 17,8% nos próximos cinco anos. Numa segunda hipótese, em que a economia permanecesse estagnada, mas o governo adotasse uma política agressiva de distribuição de renda, que reduzisse em 8,5% o índice de desigualdade, a população pobre seria reduzida em 21% em cinco anos. Se políticas de distribuição de renda fossem adotadas num período de crescimento econômico acelerado como o da primeira situação, seria possível reduzir em 46% a pobreza, segundo Neri. A população indigente cairia de 49,6 milhões para 26,7 milhões de pessoas.

NELSON PEREZ/VALOR

Sérgio Besserman, o presidente do IBGE: combate às desigualdades deveria entrar na agenda das reformas brasileiras e nortear as políticas públicas



Especialistas sugerem novo foco para políticas públicas

Do Rio

O economista Marcelo Neri acha que há várias maneiras de combater a pobreza e impulsionar o crescimento da economia ao mesmo tempo. "Se a desigualdade for atacada de forma adequada, além de reduzir a pobreza, vai impulsionar o crescimento", diz. Ele sugere, por exemplo, ênfase em políticas de apoio a pequenos empresários e produtores agrícolas, com a concessão de crédito, estímulos à formação de cooperativas, garantia de assistência técnica e qualificação profissional de adultos.

"O Brasil tem a tradição de financiar os grandes empresários com crédito a taxas subsidiadas", lembra o economista. "Apesar de ter ajudado o crescimento econômico, isso contribuiu para a concentração de renda, já que os empregos criados pelos grandes projetos favorecem mais profissionais com maior qualificação."

Todas as políticas públicas no Brasil amparam o trabalhador formal, quando na realidade são os informais que formam o grande contingente de pobres e indigentes, lembra Neri, informando que um terço deles estão em famílias cujos chefes são trabalhadores por conta própria.

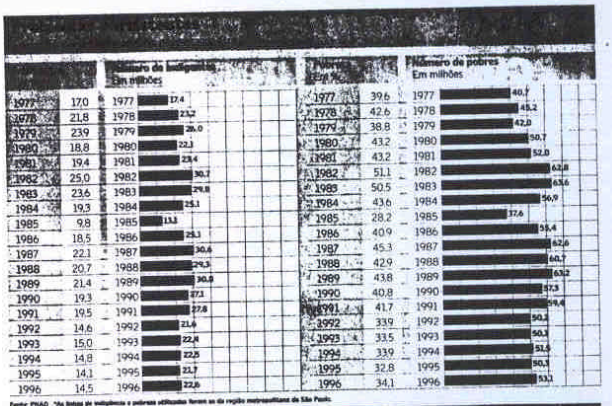
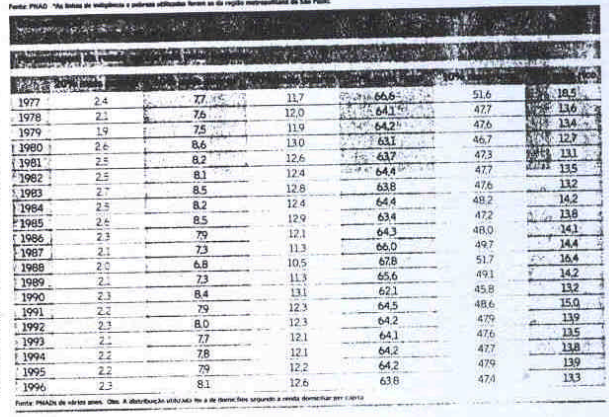
Tanto Neri quanto o presidente do IBGE, Sérgio Besserman, concordam que a educação é a alavanca para o desenvolvimento do país e também o instrumento principal para reduzir as desigualdades, na medida em que dá acesso ao conhecimento, à informação e às oportunidades no mercado de trabalho. Mas eles reconhecem que os efeitos são de mais longo prazo, na medida em que os frutos só são colhidos quando os jovens chegam ao mercado de trabalho.

Mesmo assim, o país poderia privilegiar políticas compensatórias para a educação, como os programas de bolsa-escola, que transferem renda para as famílias cujas crianças estão na escola e geram incentivos para os pais educarem seus filhos.

Besserman avalia que a falta de acesso ao pré-escolar, problema que atinge basicamente os pobres, deixará nas crianças uma deficiência irrecuperável, que carregarão por toda a vida adulta. "É na partida, ou seja, na infância, quando recebe uma nutrição adequada, estímulos à criatividade e à socialização, que a criança vai adquirir uma base de valores e garantir no futuro acesso ao mercado de trabalho e à renda", alerta o economista.

Besserman acredita que, além das políticas públicas, a intolerância e o desconforto crescente da sociedade com a desigualdade vão ajudar muito a reverter o quadro de injustiça social. Isso passa por um tratamento mais igualitário no Judiciário, de renda semelhante entre homens e mulheres com igual nível de escolaridade, pelo fim da discriminação racial e da diminuição das desigualdades regionais.

A preocupação com o assunto levou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a publicar no fim do ano passado o livro "Desigualdade e Pobreza no Brasil", reunindo o pensamento de 42 estudiosos preocupados em apontar soluções e enfoques para a formulação de políticas públicas que ataquem a pobreza.

Para o economista Ricardo Henriques, da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea e organizador da publicação, combater a desigualdade representa o caminho estratégico para a erradicação definitiva da pobreza, "o mais agudo problema econômico do país". Um país que parece não exibir carência de recursos e não é pobre, segundo ele, mas é injusto com muitos pobres. Para ele, os caminhos passam pela redistribuição de terra, de renda e de riqueza, acesso a crédito e educação universal de qualidade. "Pilares de uma política estrutural de erradicação da pobreza a partir da redução da desigualdade."

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, por sua vez, entende que a desigualdade na distribuição da renda nacional, um problema que não preocupa os mais ricos, não será resolvida com a redistribuição das riquezas produzidas pelo país. E nem a curto e médio prazo com investimentos em educação, que reconhece como fundamentais. "Mas sim com a retomada do crescimento econômico, instrumento capaz de criar empregos e aumentar os salários reais da economia", afirma o cientista político, lembrando que, para viabilizar a expansão da economia, é preciso oferecer taxas de investimento atraentes. *(C.C.)*